

Política



QUEDA DE BRAÇO
Prefeitura e Unitau condicionaram o reajuste salarial dos servidores, que não saiu em maio, à aprovação desse projeto.

PREVIDÊNCIA APROVADO EM DUAS VOTAÇÕES NESSA TERÇA-FEIRA, PROJETO SEGUE DIRETO PARA SANÇÃO DO PREFEITO ORTIZ JUNIOR

Câmara aprova projeto de Ortiz que reduz os aportes ao IPMT

Em votação apertada, base governista deu 10 votos a favor do projeto, justamente o mínimo necessário para sua aprovação; para oposição, a proposta prejudica o sistema previdenciário do município e os próximos prefeitos

TAUBATÉ

Julio Codazzi
@juliodazz



A Câmara de Taubaté aprovou nessa terça-feira o projeto do prefeito Ortiz Junior (PSDB) que reduz em R\$ 1,615 bilhão o montante que o IPMT (Instituto de Previdência do Município de Taubaté) receberá nos próximos 30 anos como contribuição patronal.

O texto recebeu 10 votos favoráveis, justamente o mínimo necessário para sua aprovação. Votaram a favor: Diego Fonseca (PSDB), Douglas Carbonne (PCdoB), Gorete Toledo (DEM), Graça (PSD), Guará Filho (PL), Jesé Silva (SD), Dentinho (PV), Neneca (PDT), Nunes Coelho (Republicanos) e Vivi da Rádio (PSC).

Outros sete vereadores votaram contra: Aduino da



Placar apertado. Projeto recebeu o mínimo de votos necessários

Farmácia (Cidadania), Alexandre Villela (PTB), João Vidal (PSB), Loreny (Cidadania), Orestes Vanone (PV), Digão (PSDB) e Bobi (PV). O presidente Boanerge dos Santos (PTB) só votaria em caso de necessidade de desempate. De

licença médica, Bilili (PSDB) não participou da sessão.

Com as galerias da Câmara tomadas por servidores e aposentados, em sua maioria contrários ao texto, parte dos vereadores defendeu inicialmente que a votação fosse adiada por

12 sessões - isso faria a proposta voltar à pauta apenas em dezembro. “O prefeito condicionou a votação desse projeto ao reajuste dos servidores. Disse que vai enviar o projeto em dezembro, para o reajuste valer a partir de janeiro. Se a gente votar a favor do projeto [do IPMT] e depois não sair o aumento, a culpa será dos vereadores”, disse Bobi. “Cálculo atuarial ou questão salarial são duas coisas totalmente distintas. Não tem nada a ver uma coisa a ver com a outra. A prefeitura está empurrando o problema para as próximas gestões”, afirmou Digão.

Já o líder do prefeito afirmou que, com a aprovação do projeto do IPMT, o reajuste salarial dos servidores da prefeitura e da Unitau (Universidade de Taubaté) estaria garantido. “O prefeito falou que vai dar

5% de reposição, maior do que a inflação desse ano. A reitora [Nara Fortes] vai dar 3,5%”, disse Carbonne.

Com o adiamento rejeitado, a oposição passou a destacar que o projeto é criticado pelo IPMT, que pode comprometer o sistema previdenciário do município e levar Taubaté a ter suspenso o CRP (Certificado de Regularidade Previdenciária), impedindo a prefeitura de receber repasses da União e de contratar empréstimos. “As contas do Ortiz vão ficar no azul, mas vai estourar as contas do IPMT e do próximo prefeito”, disse Vidal. “Estamos aprovando um projeto que não vai acarretar problema nas aposentadorias”, rebateu Guará.

Aprovado em duas discussões, o texto segue para sanção do prefeito. ■

1,615
BILHÃO
de reais o
IPMT deixará
de receber de
contribuição
nos próximos
30 anos

SESSÃO EXTRA

sessaoextra.ovale.com.br

Abre aspas:

“Não podemos dar a certeza, aos estupradores, de que o crime compensa. A legislação brasileira está pronta para punir exemplarmente”.

Leticia Aguiar (PSL).
Deputada estadual



Enquete:

VOCÊ ACHA QUE OS VEREADORES DE TAUBATÉ ERRARAM NO CASO DA 'FARRA DAS VIAGENS'?

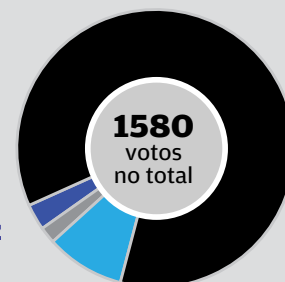
Resultado até às 16h35 de ontem, quando a enquete foi retirada do site do jornal. A enquete não tem valor estatístico.

Sim
86%

Talvez
3%

Não
9%

Depende
2%



Eleições do PT

Jecé Bento, de Lorena, foi reeleito o coordenador regional do PT pelos próximos quatro anos. Ele, que já desempenha a função desde 2017, superou o outro candidato, Armando Cebola, de São José dos Campos.

Castração química

A deputada estadual Leticia Aguiar (PSL) apresentou uma moção de apelo para que o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), desarquite um projeto que autoriza a castração química de condenados por estupro ou pedofilia.

Bolsonaro

O projeto foi apresentado em 2013 pelo então deputado federal Jair Bolsonaro (PSL), atual presidente da República. “Os agressores precisam ser punidos exemplarmente”, disse Leticia.

Punição

“As sequelas causadas pelo estupro não se apagam jamais. Não podemos dar a certeza, aos estupradores, de que o crime compensa. A legislação brasileira está pronta para punir exemplarmente quem comete uma atrocidade como essa contra as mulheres”, concluiu.

GCM armada

Agentes da GCM (Guarda Civil Municipal) de Taubaté participaram nessa terça-feira de um treinamento de tiro defensivo ministrado pela Polícia Militar.

Capacitação

Além desse treinamento, em agosto a GCM recebeu orientações sobre direção defensiva, comboio e evasão motorizada de situações de risco, e também participou de um curso de gerenciamento de crises ministrado pelo GIR (Grupo de Intervenção Rápida), no CDP (Centro de Detenção Provisória).

Farmácia municipal

A Câmara de Jacaré vota nessa quarta-feira o projeto do vereador Paulinho dos Condutores (PL) que visa permitir o fornecimento de medicamentos da rede pública de saúde por meio de receita prescrita por médicos da rede particular.

Parecer contrário

A secretaria de Assuntos Jurídicos da Casa emitiu parecer contrário, destacando que a ideia é inconstitucional por invadir a esfera do Poder Executivo. Como o parecer é opinativo, não impede a votação do projeto.

Rede pública

Paulinho justificou dizendo que a espera para realização de atendimentos médicos agendados na rede pública é grande, assim como a espera para atendimento em hospitais e pronto-socorros.

Procura

“Inúmeras dessas pessoas possuem convênios médicos, tanto particulares como de empresas, só não tendo acesso imediato aos remédios gratuitos fornecidos na rede pública. Em razão disso, acabam congestionando ainda mais os serviços públicos”, afirmou.